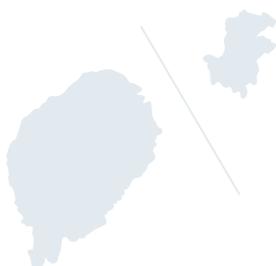




Fisheries
Transparency
Initiative

TAKING STOCK

Transparência Online da Informação
Sobre Gestão das Pescas



República Democrática de
São Tomé e Príncipe

Em colaboração com:



2022 Relatório Sumário de Avaliação

© **2022 Fisheries Transparency Initiative.** Todos os direitos reservados.

Pesquisador: Dr. Andre Standing (Fisheries Transparency Initiative)

Revisor: Mansor Ndour (Fisheries Transparency Initiative), Manuel Jorge De Carvalho Do Rio (MAR Ambiente e Pesca Artesanal, MARAPA), Damiano Borgogno (United Nations Development Programme)

Design: weeks.de Werbeagentur GmbH



Este Programa 'TAKING STOCK: Avaliação da Transparência Online da informação sobre a Gestão das Pescas para a República Democrática de São Tomé e Príncipe (2022) foi financiada pela Irish Aid.

Foram feitos todos os esforços para verificar a exactidão das informações contidas neste relatório. Todas as informações foram consideradas correctas desde Outubro 2022. No entanto, a Iniciativa para a Transparência das Pescas (FiTI) não pode aceitar a responsabilidade pelas consequências resultantes da utilização desta avaliação ou do seu conteúdo por terceiros.

As ideias, opiniões e comentários nesta avaliação são da inteira responsabilidade do FiTI e não representam ou reflectem necessariamente a política de Irish Aid.

Além disso, ao realizar esta avaliação, o FiTI não investigou a veracidade ou integridade das informações publicadas e não fez qualquer julgamento sobre a integridade das informações ou práticas divulgadas.

Gostaríamos de agradecer a todas as pessoas e instituições que contribuíram nas diferentes fases da investigação e preparação desta avaliação.

A Iniciativa para a Transparência das Pescas (FiTI) é uma iniciativa global de múltiplos atores que reforça a transparência e a colaboração na gestão das pescas marítimas.

Ao tornar a gestão das pescas mais transparente e inclusiva, a FiTI promove debates públicos orientados para as políticas das pescas e apoia a contribuição a longo prazo do setor para as economias nacionais e o bem-estar dos cidadãos e empresas que dependem de um ambiente marinho saudável.



Fisheries
Transparency
Initiative

www.fiti.global

O Programa TAKING STOCK: Transparência Online da Informação Sobre Gestão das Pescas avalia o nível de informação que as autoridades nacionais de São Tomé e Príncipe publicam nos websites governamentais sobre o setor da pesca marítima do país.



ÍNDICE

Uma pesca sustentável precisa de transparência	04
Sobre esta avaliação	07

INFORMAÇÃO CONTEXTUAL SOBRE A PESCA MARÍTIMA EM SAO TOMÉ E PRÍNCIPE	10
PRINCIPAIS CONCLUSÕES	12
Acesso do público à informação sobre a pesca	12
Dar sentido à transparência: Exemplos notáveis	15
UM PROFUNDO MERGULHO NO ACESSO SOBRE AS PESCAS	18
RECOMENDAÇÕES PARA AUTORIDADES NACIONAIS DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE	20



A transparência necessita de confiança	22
ANEXO: Procedimentos de avaliação	23

A avaliação 2022 de São Tomé e Príncipe intitulada **TAKING STOCK: Transparência Online da Informação Sobre Gestão das Pescas** está composto por este relatório de avaliação detalhado e por um relatório de avaliação sumário completo.

Ambos os relatórios, bem como informações sobre a metodologia, podem ser encontrados no: www.fiti.global/taking-stock



UMA PESCA SUSTENTÁVEL PRECISA DE TRANSPARÊNCIA

Durante milénios, aqueles que se dedicavam à pesca, seja para alimentação, rendimento ou recreação, não precisavam de se preocupar com a gestão sustentável deste recurso natural. Os recursos haliêuticos reconstituíam-se com facilidade. **Este já não é mais caso.** O oceano está sob as ameaças crescentes de uma miríade de impactos, como as alterações climáticas, a poluição, e a sobrepesca.

Os governos têm a obrigação fundamental de gerir recursos comuns, tais como o peixe, em nome dos seus cidadãos. Mas isto acarreta um desafio complexo: garantir que a pesca e o comércio de peixe contribuam para o rendimento, emprego, alimentação e nutrição de milhões de pessoas, ao mesmo tempo que conservam a biodiversidade marinha para as gerações presentes e futuras.

A disponibilidade de informação ao público é fundamental para alcançar uma pesca sustentável. No entanto, a transparência na gestão das pescas não tem sido uma prioridade. Muitos governos não divulgam informações básicas sobre os seus setores de pesca, tais como leis, autorizações, acordos de pesca, avaliações de unidades populacionais, contribuições financeiras, dados de captura e subsídios. Além disso, existem preocupações generalizadas de que as empresas não estejam sistematicamente a comunicar informações precisas sobre capturas, práticas de pesca, e pagamentos aos governos. Os dados que já estão disponíveis publicamente são muitas vezes incompletos, desatualizados, não verificados, ou não facilmente acessíveis.



A falta de transparência básica pode ser vista como um fator que facilita todos os aspetos negativos do setor global das pescas - pesca INN, sobrecapacidade da frota, sobrepesca, subsídios mal orientados, corrupção, más decisões de gestão das pescas, etc. Um setor mais transparente desvendaria tais atividades sempre que estas ocorressem, tornando mais difícil aos perpetradores esconderem-se atrás do atual manto de secretismo e exigindo a tomada imediata de medidas para corrigir o errado.

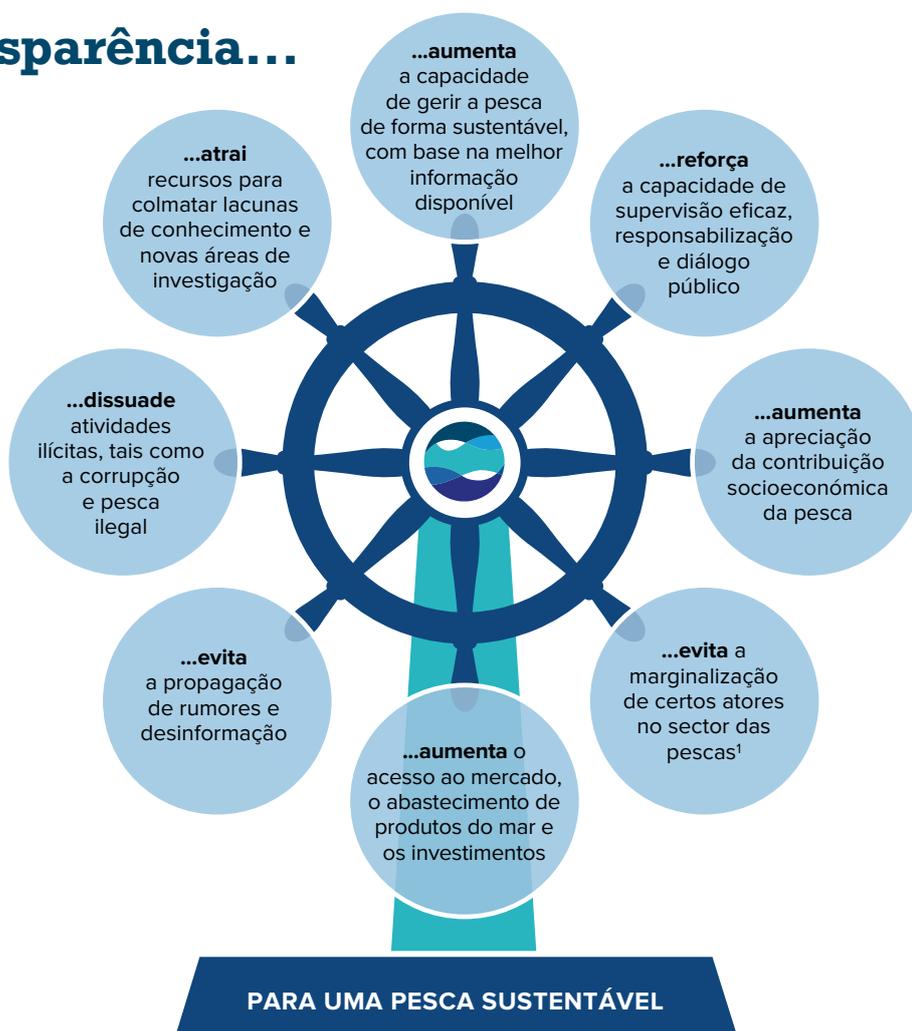
Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO)
O estado das Pescas e Aquacultura Mundial 2010



O aumento da transparência na gestão das pescas apela a todas as partes interessadas que apreciam o enorme valor da pesca marítima – quer isso esteja relacionado com a segurança alimentar e nutricional, emprego, o valor para as economias nacionais, ou a importância cultural da pesca.

A transparência na gestão da pesca traz múltiplos benefícios, e sua relevância e aplicabilidade variam dependendo do contexto nacional.

Transparência...



Promoção destas características positivas da pesca está no coração da **Iniciativa para a Transparência das Pescas (FiTI)**.



Fisheries
Transparency
Initiative

1 Em particular a pesca de pequena escala e as mulheres.

A transparência não é voluntária. É um dever para o governo e um direito para o cidadão!

O fornecimento de informação acessível, atempada e credível sobre a pesca marítima de um país está a tornar-se cada vez mais um **requisito legal para os governos**, resultando, entre outras coisas, das leis da Liberdade de Informação. Tais leis baseiam-se muitas das vezes nos três princípios-chave: *participação do público*, *acesso à justiça* e *acesso à informação*. O último destes princípios implica que o público deve poder obter informações ambientais (incluindo informações sobre o setor das pescas do seu país) apenas com exceções limitadas, explicitamente definidas, decorrentes de pedidos de confidencialidade justificáveis e de questões de segurança.



Em São Tomé e Príncipe, **não existe nenhuma lei que regule o acesso à informação governamental**. Contudo,

o Artigo 74 da Constituição estabelece que os órgãos políticos têm o dever de manter os cidadãos e as suas organizações informados sobre os assuntos públicos.

Em Julho de 2020, o Governo decidiu implementar uma **'Estratégia Nacional de Governação Digital em São Tomé e Príncipe'**. Esta é uma estratégia abrangente baseada nas melhores práticas internacionais para melhorar os serviços públicos, aumentar a participação dos cidadãos e reforçar o acesso online aos dados governamentais.

Dentro desta estratégia, **a pesca é designada como uma das 9 prioridades temáticas para informação governamental**. Os serviços que serão digitalizados incluem informação sobre licenças e certificados para atividades de pesca, um registo de pescadores, bem como informação sobre subsídios governamentais e financiamento externo ao setor.

Em novembro de 2022, essa estratégia não parecia ter sido totalmente implementada. Por exemplo, uma tarefa central é publicar um portal central (www.gov.st). No entanto, este domínio não está em uso no momento.

- Desde 2008, São Tomé e Príncipe é um país de implementação da **Iniciativa Transparência das Indústrias Extractivas (ITIE)**, que é reconhecida como a norma global para a boa governação dos recursos petrolíferos, de gás e minerais.²
- O governo de São Tomé e Príncipe aderiu à **Iniciativa para a Transparência das Pescas (FiTI)** em Janeiro de 2022.³
- São Tomé e Príncipe não é membro do **Open Government Partnership (OGP)**, uma iniciativa internacional que promove princípios e práticas de transparência através do acesso à informação.



A importância do acesso público à informação governamental é também realçada nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. Objetivo 16.10 dos ODS apela a todos os Estados para adotarem legislação ou políticas que garantam o direito à informação, o que é essencial não só para a realização do Objetivo 16, mas é também um factor de realização de outros ODS.

2 <https://eiti.org/countries/sao-tome-and-principe>

3 <https://www.fiti.global/saotomeandprincipe-joins-fiti>

SOBRE ESTA AVALIAÇÃO

Esta é a primeira vez que São Tomé e Príncipe é avaliado relativamente à transparência online sobre o seu setor da objetivo pesca marítima.

Esta programa de avaliação TAKING STOCK abrange 12 áreas temáticas de gestão da pesca, tal como definidas pela Norma FiTI.⁴

A **Norma FiTI** é o único quadro internacionalmente reconhecido que define que a informação sobre a gestão das pescas deve ser publicada online pelas autoridades nacionais. A Norma FiTI foi desenvolvida ao longo de dois anos, num esforço global de várias partes interessadas. O seu objetivo é contribuir para a sustentabilidade da pesca marítima, aumentando a acessibilidade e credibilidade da informação nacional sobre a gestão pesqueira.

- | | | | | | |
|----|---|---|-----|--|--|
| #1 |  | Leis, Regulamentos e Documentos Políticos Oficiais das Pescas | #7 |  | Setor Pós-Captura e Comercialização do Pescado |
| #2 |  | Regime de Posse das Pesca | #8 |  | Aplicação das Leis da Pesca |
| #3 |  | Acordos de Pesca com Países Estrangeiros | #9 |  | Normas Laborais |
| #4 |  | O Estado dos Recursos Pesqueiros | #10 |  | Subvenções à Pesca |
| #5 |  | Pesca Industrial | #11 |  | Ajuda Pública ao Desenvolvimento |
| #6 |  | Pesca Artesanal | #12 |  | Propriedade efetiva |

Para esta avaliação, estas 12 áreas temáticas estão divididas num total de **39 elementos de transparência.**⁵

⁴ <https://www.fiti.global/fiti-standard>

⁵ Uma visão geral destes 38 elementos de transparência pode ser encontrada na secção '[Principais conclusões](#)'.

Esta avaliação analisa se a informação básica sobre o setor da pesca marítima de São Tomé e Príncipe está **disponível livremente** nos sítios web do governo, se está **atualizada** e se é **fácil de encontrar**.⁶



Além disso, esta avaliação:

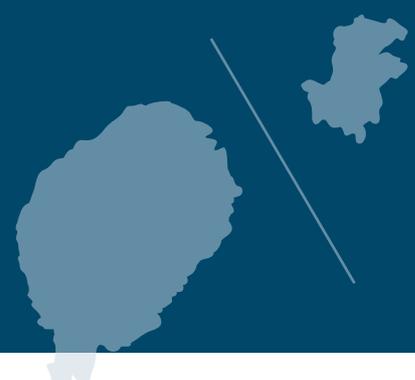
- Considera se a informação é publicada de forma a torná-la fácil de **(re)utilizar**, por exemplo, para descarregar, pesquisar e filtrar;
- Documenta casos de **'boas práticas de transparência'**, em que a informação publicada permite aos não-peritos tirar conclusões fiáveis;⁷ e
- Propõe **recomendações** práticas para melhorar a transparência online à volta do setor da pesca marítima de São Tomé e Príncipe.



SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Esta avaliação destina-se a apoiar as autoridades nacionais de São Tomé e Príncipe a melhorar a transparência na gestão das pescas e a estimular o interesse pela pesca entre uma vasta gama de partes interessadas.

Estabelece também uma referência abrangente para avaliar o progresso ao longo do tempo.



⁶ Para mais informações sobre a metodologia da avaliação, consulte por favor <https://www.fiti.global/taking-stock/methodology>.

⁷ Por exemplo, as autoridades nacionais podem utilizar técnicas inovadoras para ajudar a visualizar a informação, tais como sistemas de informação online ou fichas técnicas.



A divulgação pública de informação não pode ser diretamente equiparada a progressos reais no sentido de uma gestão sustentável das pescas.

A falta de transparência na gestão das pescas nem sempre é um fato deliberado.

Governos com fracos níveis de transparência são muitas vezes vistos negativamente, como se movidos pelo desejo de esconder informação ao olhar público. Contudo, o que pode ser entendido como opacidade ou práticas sigilosas é frequentemente o resultado de outros fatores, tais como a complexidade do setor das pescas, a falta de tecnologia, de especialização e de pessoal, ou questões jurídicas. Alguns ministérios governamentais ou agências nacionais, particularmente os que estão subfinanciados, podem não dar prioridade à transparência. Infelizmente, estes argumentos também podem ser utilizados como uma desculpa conveniente para evitar o controlo.

Um baixo nível de transparência neste programa de avaliação TAKING STOCK pode não ser um sinal de irregularidade, mas antes destacar uma oportunidade para as autoridades nacionais melhorarem a divulgação às partes interessadas. Do mesmo modo, um nível elevado ilustra fortes sistemas de divulgação, mas isto pode não reflectir o sucesso operacional no que diz respeito à gestão sustentável da pesca marítima.

A transparência também não deve ser mal interpretada como um indicador direto de comportamento ético, ou de honestidade e integridade.

Esta avaliação não é, portanto, um fim por si. Em vez disso, faz um balanço das atuais práticas de divulgação em relação a um quadro de transparência reconhecido internacionalmente – a Norma FiTI – com vista a iniciar uma conversa com todas as partes interessadas relevantes no setor da pesca marítima de São Tomé e Príncipe.

A ambição é que este e futuros programas de avaliações **TAKING STOCK** contribuam para fazer da transparência governamental a norma global na gestão das pescas.

INFORMAÇÃO CONTEXTUAL SOBRE A PESCA MARÍTIMA EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE



Desenvolvimentos recentes relevantes no setor das pescas de São Tomé e Príncipe



Em 2021, São Tomé e Príncipe lançou um projeto para repovoar o mar com recifes marinhos artificiais na zona costeira na parte norte da ilha de São Tomé e Príncipe. O projeto visa criar novos habitats que reduzam os esforços de pesca nas zonas de pesca tradicionais, ao mesmo tempo que aumenta os recursos haliêuticos disponíveis para os pescadores artesanais.



Em Janeiro de 2022, o governo de São Tomé e Príncipe anunciou o seu compromisso público de adesão a Iniciativa para a Transparencia das Pescas (FiTI), tornando-se o sexto país a aumentar a transparência e colaboração multiactores na gestão das pescas através da Norma FiTI.



Nos últimos anos, São Tomé e Príncipe tem assistido a um declínio significativo do peixe Panhã como resultado da pesca excessiva e das alterações climáticas.

⁸ No âmbito do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas 14.5, os países (incluindo São Tomé e Príncipe) comprometeram-se a conservar pelo menos 10% das suas zonas costeiras e marinhas, em conformidade com o direito nacional e internacional e com base na melhor informação científica disponível.

⁹ Até hoje (novembro de 2022), São Tomé e Príncipe não estabeleceu Áreas Marinhas Protegidas (AMPs). No entanto, o país está atualmente em processo de aprovação de suas primeiras AMPs (por exemplo, para Príncipe).

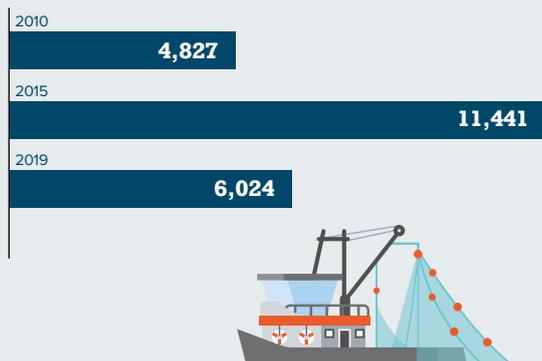


SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

O setor da pesca marítima de São Tomé e Príncipe desempenha um papel fundamental na satisfação das necessidades económicas, de emprego, de segurança alimentar e de nutrição dos seus cidadãos.¹⁰

Captura pesqueira

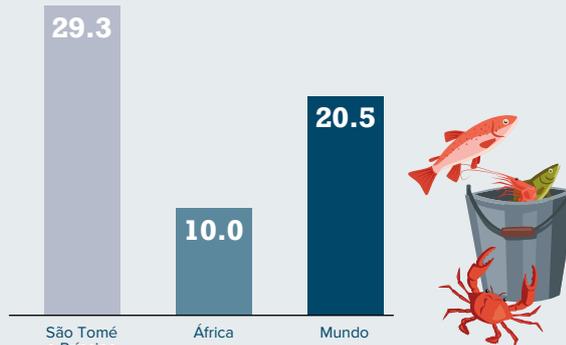
(toneladas, peso vivo)



Fonte: Estatísticas da Pesca e Aquicultura da FAO 2019 (publicado em 2021) e 2015 (publicado em 2017)

Peixe disponível para consumo

kg/per capita



Fonte: FAO & Ministério do Plano, Finanças e Economia Azul, Estratégia de transição para economia azul em São Tomé e Príncipe, 2019

Número de pescadores



Fonte: FAO & Ministry of Planning, Finance and Blue Economy, Estratégia de transição para economia azul em São Tomé e Príncipe, 2019

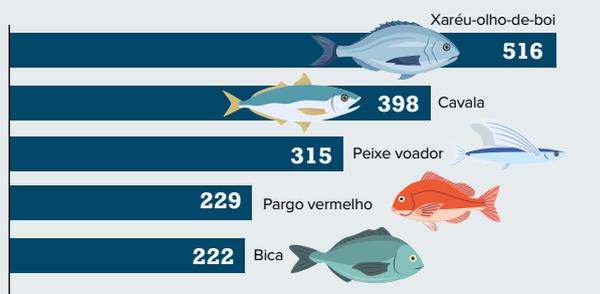
Número de navios de pesca

(estimativas)



Fonte: FAO, Perfil do país de pesca e aquicultura, São Tomé e Príncipe

As 5 melhores espécies



Fonte: Perfil do Mercado GLOBEFISH da FAO – São Tomé e Príncipe 2019 (em toneladas; por volume de produção)

Exportação de peixe e produtos pesqueiros

Desde 2003, São Tomé e Príncipe é importador de peixe e produtos da pesca.



USD 2,730
[2019]

Fonte: Perfil do Mercado GLOBEFISH da FAO – São Tomé e Príncipe 2019 (em toneladas; por volume de produção)

¹⁰ Esta informação reflecte estatísticas internacionais (por exemplo, da FAO das Nações Unidas), que em alguns casos podem diferir das estatísticas nacionais. Além disso, este relatório não refere a contribuição do setor das pescas de São Tomé e Príncipe para o Produto Interno Bruto (PIB). Embora esta seja uma forma comum de expressar o valor económico da pesca, o PIB não é suficiente para representar os custos e benefícios sociais, económicos e ambientais globais do setor.

PRINCIPAIS CONCLUSÕES

ACESSO DO PÚBLICO À INFORMAÇÃO SOBRE A PESCA



Esta avaliação mostra claramente a necessidade das autoridades nacionais de São Tomé e Príncipe de melhorar significativamente o acesso do público à gestão das pescas. O anúncio do governo sobre a implementação da Iniciativa para a Transparência das Pesca (FITI) demonstra um primeiro passo tangível para aumentar a transparência no setor.



SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE



Relativamente a **2 dos 35** elementos de transparência aplicáveis, as autoridades nacionais de São Tomé e Príncipe publicam informações online ('Public Access') com um acesso público fraco.



Para **26** elementos de transparência não há informação publicada.



Para **7** elementos de transparência, nenhuma informação foi ainda produzida pelas autoridades nacionais de São Tomé e Príncipe.



Fraco acesso do público

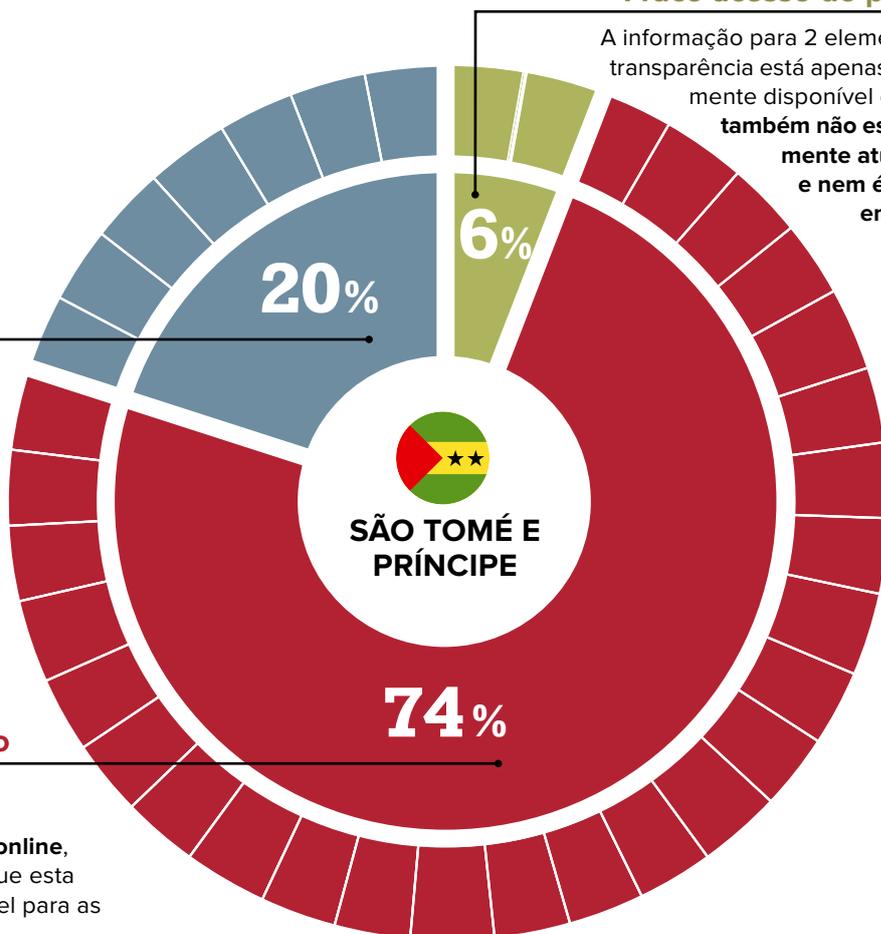
A informação para 2 elementos de transparência está apenas parcialmente disponível online, e **também não está totalmente atualizada e nem é fácil de encontrar.**

Não produzido

A informação para 7 elementos de transparência ainda **não foi recolhida ou compilada.**

Sem acesso público

Para 26 elementos de transparência, **nenhuma informação é publicada online**, embora haja provas de que esta informação está disponível para as autoridades nacionais.



4 dos 39 elementos de transparência são considerados como **não aplicáveis** ao setor da pesca de São Tomé e Príncipe (ver [anexo](#)).

UMA PANORÂMICA DETALHADA

Área temática	ID	Elemento de transparência	DISPONÍVEL ONLINE?	ATUALIZADO?	FÁCIL DE ENCONTRAR?	
 #1 Leis, Regulamentos e Documentos Oficiais da Política Nacional das Pescas	1-A	Leis sobre a pesca marítima	✓	✗	✗	Fraco acesso do público
	1-B	Documentos de política das pescas	⊘	⊘	⊘	Não produzido
	1-C	Planos de gestão das pescas	⊘	⊘	⊘	Não produzido
 #2 Regimes de Posse das Pescas	2-A	Pesca comercial (industrial e artesanal)	✗	✗	✗	Sem acesso público
	2-B	Pesca costeira de subsistência	✗	✗	✗	Sem acesso público
	2-C	Pesca científica e exploratória	✗	✗	✗	Sem acesso público
	2-D	Pesca desportiva	✗	✗	✗	Sem acesso público
 #3 Acordos de Pesca com Países Estrangeiros	3-A	Navios com pavilhão estrangeiro que pescam nas águas de STP	✗	✗	✗	Sem acesso público
	3-B	Navios com pavilhão de STP que pescam nas águas estrangeiras	⊖	⊖	⊖	Não aplicável
 #4 O Estado dos Recursos Pesqueiros	4-A	Relatórios nacionais sobre o estado das populacionais de peixes marinhos	⊘	⊘	⊘	Não produzido
	4-B	Avaliações científicas	⊘	⊘	⊘	Não produzido
 #5 Pesca Industrial	5-A	Navios	✗	✗	✗	Sem acesso público
	5-B	Pagamentos	✗	✗	✗	Sem acesso público
	5-C	Capturas dentro das águas de STP	✗	✗	✗	Sem acesso público
	5-D	Capturas fora das águas de STP	⊖	⊖	⊖	Não aplicável
	5-E	Desembarques nos portos de STP	⊖	⊖	⊖	Não aplicável
	5-F	Transbordos e desembarques nos portos estrangeiros	✗	✗	✗	Sem acesso público
	5-G	Devoluções	✗	✗	✗	Sem acesso público
	5-H	Esforço de pesca	✗	✗	✗	Sem acesso público

 Em pleno
  Em grande medida
  De forma limitada
  Não
  Não produzido
  Não aplicável

STP = São Tomé e Príncipe



UMA PANORÂMICA DETALHADA

Área temática	ID	Elemento de transparência	DISPONÍVEL ONLINE?	ATUALIZADO?	FÁCIL DE ENCONTRAR?	
 Pesca Artesanal	6-A	Navios	✗	✗	✗	Sem acesso público
	6-B	Licenças	✗	✗	✗	Sem acesso público
	6-C	Pescadores	✗	✗	✗	Sem acesso público
	6-D	Pagamentos	✗	✗	✗	Sem acesso público
	6-E	Capturas	✗	✗	✗	Sem acesso público
	6-F	Devoluções	✗	✗	✗	Sem acesso público
 Setor Pós-Captura e Comercialização do Pescado	7-A	Importações	✗	✗	✗	Sem acesso público
	7-B	Exportações	✓	✗	✓	Fraco acesso do público
	7-C	Emprego na pesca comercial	✗	✗	✗	Sem acesso público
	7-D	Emprego na pesca informal	✗	✗	✗	Sem acesso público
 Aplicação das Leis da Pesca	8-A	Aplicação das leis	✗	✗	✗	Sem acesso público
	8-B	Sanções para infracções graves	✗	✗	✗	Sem acesso público
 Normas Laborais	9-A	Aplicação das normas laborais	✗	✗	✗	Sem acesso público
	9-B	Sanções por infracções às normas laborais	✗	✗	✗	Sem acesso público
 Subvenções à Pesca	10-A	Transferências financeiras do governo ou subsídios	✗	✗	✗	Sem acesso público
 Ajuda Pública ao Desenvolvimento	11-A	Assistência ao desenvolvimento da pesca nacional	✗	✗	✗	Sem acesso público
	11-B	Assistência ao desenvolvimento da pesca estrangeira	—	—	—	Não aplicável
 Propriedade efetiva	12-A	Base jurídica para a transparência da propriedade efetiva	✓	✓	✓	Não produzido
	12-B	Registo de proprietários efetivos	✓	✓	✓	Não produzido
	12-C	Divulgação da propriedade efetiva na pesca	✓	✓	✓	Não produzido

 Em pleno
  Em grande medida
  De forma limitada
  Não
  Não produzido
  Não aplicável

STP = São Tomé e Príncipe



DAR SENTIDO À TRANSPARÊNCIA: EXEMPLOS NOTÁVEIS



O valor deste programa de avaliação TAKING STOCK não reside apenas na compreensão da informação sobre a pesca marítima de um país disponível online, e onde existem lacunas. Fundamentalmente, e em termos muito simples, **o acesso do público à informação sobre a pesca é importante para ajudar a responder às questões críticas sobre a sustentabilidade do setor.**

Examples

Quem gere a nossa pesca?

A nossa pesca esta a ser geridas de forma sustentável?

Qual é a contribuição da pesca marítima na nossa segurança alimentar nacional?

Quanto é que o meu país ganha com os nossos recursos pesqueiros?

Quem captura o nosso peixe?

Qual é o valor da pesca para a nossa economia nacional?

Como é que o meu país está a lidar com a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada?

Em que medida é que o governo protege os direitos das pessoas que trabalham no setor das pescas?



Governamentais

Pescadores
(Industriais e Artesanais)

Mídia

Parlamentares

Organizações da Sociedade Civil

Académica

Dada a complexidade da gestão das pescas, responder a tais perguntas nem sempre é uma tarefa simples. Contudo, ao aumentar o acesso do público à informação sobre as pescas, os governos fornecem aos seus cidadãos e parceiros comerciais os meios necessários para se envolverem em debates públicos informados.

Como demonstrado na secção anterior “Conclusões-chaves”, a grande quantidade de informação que está disponível nas mãos das autoridades nacionais de São Tomé e Príncipe não é publicada online. Esta falta de acesso público à informação restringe claramente a capacidade de todos os interessados em participar nos debates público e reformas no sentido de uma melhor governação do setor, e de controlar a tomada de decisões governamentais relativas à gestão sustentável do sector da pesca marítima do país.

<p>✘</p>	<p>Como está a pesca em São Tomé e Príncipe regulado?</p>	<p>O Governo de São Tomé e Príncipe não disponibiliza um registo de leis da pesca marítima, nem foram encontradas todas as leis e regulamentos relevantes no Diário da República. Este é um aspeto crítico, uma vez que estas leis também incluem informações importantes sobre acordos de propriedade para fins comerciais, pesca de subsistência, científica e desportiva. Embora algumas destas leis podem ser encontrados nos websites de terceiros, por exemplo, na base de dados da FAO FAOLEX, partes interessadas menos familiarizadas com o setor das pescas – tais como os meios de comunicação ou parlamentares – podem nem sequer ter conhecimento da existência de tal informação regulamentar.</p>
<p>✘</p>	<p>Quem está autorizado a pescar nas águas de São Tomé e Príncipe?</p>	<p>O Governo de São Tomé e Príncipe não publica um registo de navios de pesca de grande escala. Isto é contrário ao requisito estabelecido no Decreto 41/2013, que determina que informação sobre as licenças de pesca dos navios industriais seja publicada pelo ministério competente. Da mesma forma, nenhuma informação sobre a pesca semi-industrial e artesanal é encontrada online nos websites do governo ou nos relatórios online. Esta falta de informação não se restringe a apenas falta de informações sobre as embarcações, mas também inclui a falta de informação publicada sobre suas capturas retidas, desembarques e devoluções.</p>
<p>✘</p>	<p>Quanto é que São Tomé e Príncipe ganha com os seus recursos de pesca?</p>	<p>Nem o Ministério das Pesca nem o Ministério das Finanças publicam informação sobre as receitas efetivas recebidas de licenças da pesca industrial. No entanto, tal informação é abrangida pelo Decreto 41/2013 e, portanto, devem ser fornecidas no domínio público.</p>
<p>✘</p>	<p>Qual é o valor económico e social da pesca artesanal em São Tomé e Príncipe?</p>	<p>Nenhuma informação é publicada online sobre a pesca semi-industrial, artesanal ou de subsistência em São Tomé e Príncipe. Tais falhas na informação sobre os navios, número de pescadores, capturas, etc., poderiam levar à marginalização da pesca de pequena escala na definição de políticas bem como fluxos de apoio governamentais mal orientados.</p>
<p>✘</p>	<p>Como é que o governo de São de Tomé e Príncipe apoia o setor das pescas?</p>	<p>Apesar do fato de o Governo de São Tomé e Príncipe fornecer múltiplas formas de subsídio diretos e indiretos à sua pesca marítima por exemplo, apoio governamental para a aquisição de artes de pesca e equipamento, nenhuma dessas informações é publicada online. Além disso, São Tomé e Príncipe beneficiou da assistência ao desenvolvimento de múltiplos projetos para apoiar as suas pesca (por exemplo, a do Japão, o Fundo Mundial para o Ambiente, e no âmbito do atual FISH4ACP projeto, financiado pela União Europeia e pela Alemanha). No entanto, nenhuma informação sobre qualquer destes projetos, incluindo os seus objetivos, os produtos e o valor financeiro, podem ser encontrados nos websites governamentais.</p>
<p>✘</p>	<p>Quem está a violar leis e regulamentos do setor das pescas em São de Tomé e Príncipe?</p>	<p>Nenhum registo de condenações por delitos graves no setor das pescas é publicado online, apesar de haver evidência de que a as autoridades nacionais de São Tomé e Príncipe prenderam navios de pesca por atividades de pesca ilegal.</p>



Nenhum registo de condenações por delitos graves no setor das pescas é publicado online, apesar de haver evidência de que as autoridades nacionais de São Tomé e Príncipe prenderam navios de pesca para atividades de pesca ilegais:

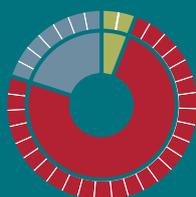
	Quão saudáveis são os recursos haliêuticos de São Tomé e Príncipe?	<p>Apesar do valor do peixe marinho na economia e segurança alimentar de São Tomé e Príncipe, o governo não produz um relatório notável a intervalos regulares que resume a informação sobre o estado populacional de peixes.</p> <p>A nossa avaliação também não encontrou evidências de que as autoridades nacionais realizam avaliações de stock populacional de espécies de peixes comerciais. Embora pareça que as autoridades nacionais recolhem algumas informação sobre capturas de espécies de peixe, inclusive através de projetos financiados por doadores, não parece que o governo tenha a capacidade de realizar análises sobre a unidade populacional de peixes, incluindo informação sobre as tendências dos recursos haliêuticos.</p>
	Quem beneficia da pesca nas águas de São Tomé e Príncipe?	<p>Não foi encontrada qualquer informação sobre se as autoridades nacionais estão a trabalhar para produzir regras e procedimentos específicos para incorporar a propriedade efetiva nos registos que regulam o acesso à pesca, nem a compilar um registo dos operadores ou proprietários efetivos de navios com pavilhão de São Tomé e Príncipe.</p>



UM MERGULHO PROFUNDO NO ACESSO PÚBLICO À INFORMAÇÃO SOBRE A PESCA



SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE



Tipicamente pode-se ter uma melhor compreensão ao analisar se a informação publicada ("Acesso público") cumpre os requisitos básicos de informação, está atualizado e é fácil de encontrar.

No entanto, dado o estado limitado do acesso público à gestão da informação sobre a pescas em São Tomé e Príncipe, o significado desta secção é gravemente limitada.



DISPONÍVEL ONLINE?



ATUALIZADO?



FÁCIL DE ENCONTRAR?



DISPONÍVEL ONLINE?

DISPONÍVEL
ONLINE?



As autoridades nacionais de São Tomé e Príncipe publicam informação online apenas para 2 elementos de transparência (ou seja, 'Acesso público').¹¹ Em ambos os casos, a informação publicada cumpre os requisitos da Norma FiTI apenas de forma limitada.

ATUALIZADO?¹²

ATUALIZADO?



A informação para os 2 elementos de transparência que é publicado online é visto como não estando atualizado.

FÁCIL DE ENCONTRAR?¹³

FÁCIL DE
ENCONTRAR?



A informação para os 2 elementos de transparência que são publicados online é apenas parcialmente fácil de encontrar.

11 Dos 39 elementos de transparência, esta avaliação considera quatro como sendo “Não aplicável” ao sector da pesca marítima de São Tomé e Príncipe, enquanto sete elementos são considerados como “Não produzidos” (o que significa que o governo não recolheu ou compilou a informação solicitada sobre este elemento).

12 O peixe é um recurso renovável que pode, caso gerido de forma sustentável, permanecer acessível e beneficiar as gerações futuras. Aqueles que tomam as decisões que digam respeito à pesca devem poder ter acesso rápido e fácil aos últimos dados disponíveis. A importância da atualização da informação adquire uma dimensão ainda maior quando se trata de questões sensíveis, atempadas, tais como a produção de dados de captura ou avaliações científicas de unidades populacionais.

13 Os governos têm a responsabilidade de gerir a pesca em nome dos seus cidadãos – e informá-los sobre a situação atual, oportunidade e desafios que o setor enfrenta. Na era digital, os websites continuam a ser um dos meios mais populares para transmitir tais informação. Contudo, os websites são canais de comunicação passivos, e as partes interessadas têm de visitar propositadamente o site, procurar o conteúdo desejado e navegar para encontrar informação. Se isto for difícil ou levar muito tempo, os interessados podem perder o interesse, deixando uma informação potencialmente importante não lida e pouco utilizada.



RECOMENDAÇÕES PARA AUTORIDADES NACIONAIS DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Dado que a maior parte da informação sobre as pescas que está à disposição das autoridades nacionais de São Tomé e Príncipe não é publicado online, existem oportunidades significativas para melhorar a transparência na pesca marítima do país. O recente compromisso do país em implementar a Norma FiTI é, portanto, uma base crucial para melhorar a acessibilidade, qualidade e credibilidade do setor da pesca nacional.



1. Tornar pública a informação não publicada

Há muitos aspetos da gestão das pescas para os quais a informação governamental não é publicada. Fazê-lo aumentaria os níveis de transparência e de confiança nas autoridades nacionais das pescas. Isto inclui, por exemplo:

- **Leis e documentos políticos** que regulamentam o setor das pescas;
- Acodos que permitem aos **navios com pavilhão estrangeiro** pesquem nas águas territoriais do país;
- Um **registo para navios de pesca (industrial) de grande escala**;
- **Receitas do governo** obtidas com a emissão de licenças de pesca;
- Informação sobre a **aplicação de leis e regulamentos** no setor das pescas;
- Informação sobre **transferências financeiras ou subsídios governamentais**;
- Informação sobre a **implementação e os resultados dos projetos** financiados por parceiros.

Reconhece-se que a publicação de informação online não tem sido historicamente uma prática governamental em São Tomé e Príncipe. As restrições orçamentais e os recursos humanos limitados no seio das autoridades nacionais do país colocam desafios significativos à sua capacidade de disponibilizar informações sobre pescas online de uma forma estruturada e periódica. A utilização da internet também permanece fraca em todo o país; A União Internacional das Telecomunicações (UIT) estima que apenas um terço da população (33%) utiliza a Internet (de acordo com os números de 2020). Esta é uma informação contextual importante, uma vez que esta avaliação analisa se o governo publica informações online.

Contudo, se o FiTI sublinha a responsabilidade “de cima para baixo”, isto é, do governo para os cidadãos, as autoridades nacionais de São Tomé e Príncipe também têm a responsabilidade de partilhar informações a nível regional e global.

Além disso, existem actualmente várias oportunidades – inclusive através de projetos liderados por doadores – para as autoridades nacionais de São Tomé e Príncipe aumentarem o acesso público a informação de pesca online. Por exemplo, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) está a desenvolver um centro de intercâmbio e troca de informação (CHM) no âmbito do compromisso do país para a Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB). Este website recentemente criado poderia, portanto, ser utilizado para disponibilizar informações actualmente não publicadas sobre o setor das pescas do país, tais como leis e documentos políticos que regem o setor das pescas.



2. Abordar as lacunas de informação

Embora as autoridades nacionais de São Tomé e Príncipe recolham alguma informação sobre as pescas, existem áreas importantes do setor onde a informação do governo é significativamente ausente, provavelmente devido à insuficiente capacidade de pesquisa ou insuficientes recursos alocados para a coleta de dados. Existem lacunas de informação sobre questões como:

- **Planos de gestão das pescas;**
- **Avaliações científicas de unidades populacionais para espécies de peixes comerciais;**
- **Informação sobre a propriedade efetiva**

As referências a várias atividades levadas a cabo pelas autoridades nacionais de São Tomé e Príncipe foram encontrado online (por exemplo, o desenvolvimento de uma estratégia para a Economia Azul do país), mas ainda não está claro se tais atividades ainda estão em curso, estão concluídas ou foram canceladas.

Uma descrição clara do estado dessas atividades através de relatórios de progresso aumenta a responsabilização e apreciação pelos esforços do governo para assegurar um setor de pesca marítima sustentável.

3. Continuar a implementar a estratégia do país para a governação digital

Esta avaliação mostrou claramente que apenas alguns dos Ministérios relevantes para as pesca têm os seus próprios websites (ou estes websites estão atualmente em construção), enquanto outros Ministérios utilizam principalmente plataformas de media social (por exemplo, facebook) para publicar notícias e atualizações.

A fim de melhorar os serviços públicos, aumentar a participação dos cidadãos e reforçar o acesso online aos dados governamentais, o governo deve continuar a implementar a sua "Estratégia Nacional para a Governação Digital em São Tomé e Príncipe 2020". Isto poderia, por exemplo, incluir uma página de destino principal para informação sobre pescas, com categorias para informação chave disponíveis através de um sistema de menu.¹⁴

O reforço da transparência no setor da pesca marítima em São Tomé e Príncipe, incluindo a revisão e priorização destas recomendações, deve basear-se discussões em curso com as partes interessadas, tais como organizações de Pescadores, empresas de pesca, sociedade civil e meio académico (por exemplo, no âmbito do futuro grupo nacional de partes interessadas FiTI). Esta avaliação ajudará a identificar outras importantes lacunas de informação sobre prioridades nacionais, que não foram cobertas por esta avaliação (tais como os impactos das alterações climáticas ou as interações entre a pesca e outros setores da economia azul).

14 As 12 áreas temáticas da norma FiTI poderiam servir como uma estrutura para a patilha de informação.

A TRANSPARÊNCIA NECESSITA DE CONFIANÇA

O acesso público à informação sobre como o setor da pesca marítima de São Tomé e Príncipe está a ser explorado é fundamental para a boa governação. Este programa de avaliação TAKING STOCK proporciona um bom ponto de partida para as autoridades nacionais melhorarem e manterem elevados níveis de transparência na gestão das pescas marítimas. Mas não é tudo: ainda existem desafios que dificilmente poderão ser superados por um único ator a trabalhar sozinho. Para enfrentar tais desafios é necessária uma abordagem abrangente e inclusiva.

Por conseguinte, é necessário um esforço coletivo de todas as partes interessadas relevantes para incorporar uma variedade de perspetivas e aumentar a transparência e a confiança ao longo do tempo.

A Iniciativa para a Transparência das Pescas (FiTI) proporciona uma combinação única de transparência e participação. O FiTI é implementado nos países através de Grupos Multi-Sectorial Nacionais, compostos por representantes do governo, empresas e organizações da sociedade civil. Estes grupos trabalham coletivamente para:

- ▶ avaliar a informação no domínio público em conformidade com a Norma FiTI;
- ▶ fazer recomendações sobre como dar prioridade ao colmatar de lacunas de informação; e
- ▶ dar sugestões sobre como a informação publicada pelas autoridades nacionais pode ser reforçada para aumentar ainda mais os níveis de abertura e acesso público à informação.



O envolvimento no FiTI apela a todas as partes interessadas que apreciam o enorme valor da pesca marítima, quer em termos de segurança alimentar e nutricional, biodiversidade, emprego, o valor para as economias nacionais, ou a importância cultural da pesca.

#ImplementarFiTI

ANEXO: PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

Este programa de avaliação TAKING STOCK analisa as práticas de divulgação das autoridades nacionais de São Tomé e Príncipe em 12 áreas temáticas de **gestão da pesca marítima**,¹⁵ tal como definidas pela Norma FiTI.

A fim de evitar ambiguidades durante a avaliação, estas 12 áreas temáticas foram ainda divididas em **39 elementos de transparência**. Por exemplo, a área temática #1 'Leis, Regulamentos e Documentos Oficiais da Política Nacional das Pescas' está dividida em três elementos de transparência.

A avaliação centra-se inteiramente na disponibilidade da informação¹⁶ fornecida pelas autoridades nacionais de São Tomé e Príncipe através dos seus próprios websites e publicações online.

Este relatório, o primeiro para São Tomé e Príncipe, não procura apenas fornecer uma visão geral do que o governo publica relativamente a uma série de áreas-chave do seu setor da pesca marítima. Também pretende fornecer uma base sólida de informação para despertar o interesse entre as várias partes governamentais e não governamentais.

A avaliação não tenta captar e exibir as informações reais subjacentes a cada elemento de transparência (por exemplo, o número de embarcações), nem proceder a uma verificação independente sobre se as informações divulgadas online pelas autoridades nacionais estão completas ou correctas. No entanto, se forem encontradas provas irrefutáveis de informações não fiáveis ou contraditórias, estas são assinaladas no Relatório Detalhado de Avaliação.

No âmbito desta avaliação, foram utilizados dois pontos de entrada diferentes para avaliar se a informação sobre o setor da pesca marítima de São Tomé e Príncipe é publicado online pelas autoridades nacionais, como por exemplo:¹⁷

- Acessando diretamente os websites das autoridades nacionais;
- Através da utilização de motores de busca externos, como o Google.

A avaliação foi realizada sob a forma de um **estudo documental** sem se apoiar nas contribuições iniciais das autoridades nacionais.

A avaliação foi realizada durante um período de 7 meses (Fevereiro - Setembro de 2022). O processo foi lançado oficialmente no dia 1 de Fevereiro de 2022, quando o Ministro da Agricultura, Pescas e Desenvolvimento Rural foi informado sobre a próxima avaliação, os seus principais parâmetros e benefícios.

Dado o fato de uma vasta quantidade de informação não estar disponível para o governo ou não publicado online (em parte devido à falta de uma infra-estrutura do website por parte de autoridades nacionais), esta avaliação foi concluída sem solicitar reacções adicionais da parte das autoridades de São Tomé e Príncipe.

O processo de avaliação global foi conduzido sob a supervisão e responsabilidade do Secretariado Internacional FiTI, com contributos significativos de investigadores e revisores.

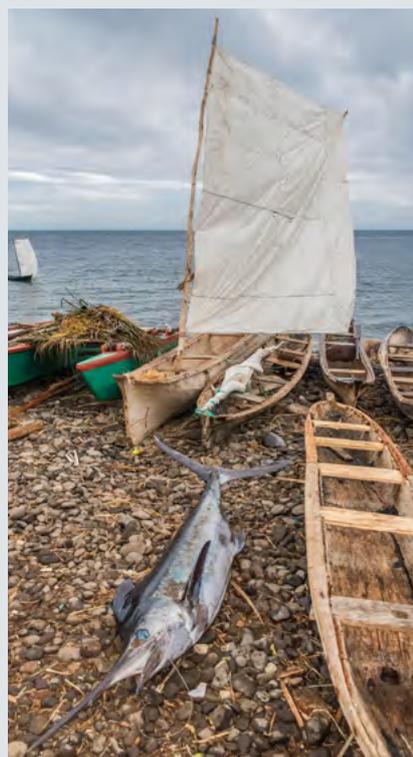
¹⁵ As informações sobre a pesca continental e a aquacultura não fazem parte desta avaliação.

¹⁶ Note-se que, no contexto desta pesquisa, os termos 'dados' e 'informação' são utilizados indiferentemente. Reconhece-se que, embora estreitamente interligados, diferem em significado e utilização (por exemplo, os dados são o fato em bruto, que devem ser processados para obter informação). No entanto, esta diferença não é de grande relevância para esta avaliação.

¹⁷ A informação só é considerada disponível online se for publicada proactivamente num website governamental e estiver disponível sem restrições ao acesso (por exemplo, quando se que registar online, solicitar os dados a um funcionário público através de correio electrónico ou pagar uma taxa).

Como parte desta avaliação TAKING STOCK, vários requisitos de transparência são considerados como não aplicável à pesca marítima de São Tomé e Príncipe, como por exemplo:

<p>—</p>	<p>Navios com pavilhão de São Tomé e Príncipe que pescam nas águas estrangeiras</p>	<p>É relatado que as embarcações de pesca de São Tomé e Príncipe pescam fora da ZEE do país, mas isso é restrito a um pequeno número de embarcações de pesca semi-industrial. Suas atividades de pesca são consideradas principalmente focadas nas águas dos países adjacentes da África Ocidental, incluindo o Gabão. No entanto, não há informação governamental que descreva estas atividades pesqueiras e confirme se existe um acordo de pesca assinado entre São Tomé e Príncipe e outros países. Presume-se para esta avaliação que tais acordos bilaterais não existem e que tais embarcações solicitam licenças diretamente com governos estrangeiros.</p> <p>Além disso, nenhum navio registado em São Tomé e Príncipe consta da lista de navios da Comissão Internacional para a Conservação do Atum do Atlântico (ICCAT).</p> <p>Consequentemente, a informação sobre as capturas fora das águas de São Tomé e Príncipe também não é aplicável.</p>
<p>—</p>	<p>Desembarques nos portos nacionais</p>	<p>Os navios de pesca industrial não desembarcam as suas capturas em São Tomé e Príncipe, devido à falta de infra-estruturas portuárias e de instalações de processamento interno.</p>





Fisheries
Transparency
Initiative

TAKING STOCK

Transparência Online da Informação
Sobre Gestão das Pescas



2022

Relatório Sumário de Avaliação
SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Fisheries Transparency Initiative (FITI)
Highway Complex Building, Providence
Mahé, Seychelles

Email: info@fiti.global

Internet: www.fiti.global

Twitter: @FisheriesTI

Facebook: Fisheries Transparency Initiative